

MOÇÃO

Considerando que:

- o Governo tem vindo a negociar com algumas câmaras municipais, nomeadamente com a Câmara Municipal da Maia, um processo de transferência de competências para o poder local, na área da educação, que visa a assinatura de um “Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências”;
- são também conhecidas declarações de alguns autarcas que permitem concluir que esse processo de contratualização da municipalização da educação está a ser negociado para entrar em vigor no próximo ano letivo, já em janeiro de 2015;
- o avançar deste processo está envolto num inadmissível secretismo, em que o Governo procura uma apressada tentativa de implementação de um programa Piloto de contrato/protocolo entre Câmaras e Ministério da Educação e Cultura, que decorre sem que os professores e as suas organizações sindicais sejam chamados a participar;
- o processo de transferência para os municípios de mais e novas responsabilidades em matéria de educação, sob o “Programa Aproximar Educação” e descentralização, aponta para a transferência de responsabilidades e competências nas seguintes áreas: gestão curricular; gestão pedagógica; gestão de recursos humanos; gestão financeira; gestão de equipamentos e infraestruturas;
- no “modelo de financiamento” do processo de contratualização, fica claramente expresso que o governo quer passar para as autarquias o odioso da decisão de dispensar/despedir professores e educadores por via de um “estímulo”, designado por “coeficiente de eficiência”, de 13.594,71€/ano por cada professor que seja reduzido/despedido em cada concelho, o que por si só indicia o que é pretendido - despedimentos e privatização.

A **Assembleia Municipal da Maia**, reunida em dez de dezembro de 2014, exorta, por proposta da CDU, o Executivo deste Município a que:

- não aceite responsabilidades neste processo que tenha como objetivo a

delegação de competências que são constitucionalmente da responsabilidade do Governo;

- considere que qualquer processo de transferência de competências desta dimensão, não pode avançar sem a auscultação e posição da Associação Nacional de Municípios Portugueses;

- rejeite qualquer intenção do Governo de transferência de competências para o município relativa à contratação de docentes e outras relacionadas com este processo;

- recomende que o Conselho Municipal de Educação da Maia promova um amplo debate com a participação de toda a Comunidade Escolar;

- manifeste solidariedade para com os professores, pessoal discente e alunos, perante mais um ataque à Escola Pública;

- disponibilize todos os documentos de que dispõe deste processo, a todos aqueles nele são directamente visados e ao público em geral;

- divulgue, o mais rapidamente possível, a sua posição face a este processo;

- dê conhecimento desta Moção a todos os Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República e ao Ministério da Educação e Ciência.